

Ata Reunião dia 23 de Setembro

de 2025

Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sala de reuniões os empresários: Andréia França, Jhonatan José Boeira dos Santos, Josias Zanardi, Alexssandro Lara, Marcos Rech, vereador Luciano Padilha, vereador Márcio Roberto de Oliveira, o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo Pierry Ferrari Guimarães e o presidente Euclair Beira.

Pauta

- Discussão sobre a Lei 10/2025 e a Festa do Pinhão

O presidente da ACIAP, Euclair Beira, dá as boas-vindas a todos os presentes e comenta que mais empresários e comerciantes foram convidados, mas que, por algum motivo que nos escapa, não compareceram, apesar da ampla divulgação realizada, principalmente nas redes sociais e por meio de mensagens. Ressalta que a **Lei 10/2025** vem para somar, com o objetivo de desenvolver práticas de incentivo e facilitar a realização das festas futuras. Informa ainda que a lei será apresentada na reunião da diretoria, a fim de elaborar um documento que complemente sua formatação.

Na sequência, o vereador Márcio Tigre relata que coletou informações com alguns empresários sobre a Festa do Pinhão, realizada de 09 a 11 de maio, no Centro de Eventos Parque Coronel Lustosa. Foram levantadas opiniões sobre o modelo e também questionamentos no pós-festa. Entre as reclamações, destacou-se a dificuldade de comerciantes locais em conseguirem espaço. Ressaltou que a Lei 10/2025 tem como objetivo **garantir mais facilidades ao comércio local**.

O empresário Jhonathan Boeira agradece o convite e afirma acreditar que a lei é importante para estabelecer um modelo de festa que acomode mais comerciantes locais com segurança. Relata que já participou de 10 festas, sob diferentes gestões e modelos. Explica que, em anos anteriores, trabalhou por meio de contrato com o Lar do Idoso, que tinha espaço na festa, mas terceirizava os serviços por não dispor de funcionários e produção própria. Após os dias de festa, o lucro era dividido.



Neste ano, pela primeira vez, a praça de alimentação foi licitada. Jhonatan conta que entrou em contato com o vencedor da licitação para tentar adquirir um espaço, mas foi informado de que os espaços não seriam vendidos, pois a equipe já possuía estrutura e produtos. Dias depois, recebeu uma ligação para uma possível negociação, visto que o vencedor foi obrigado a ceder um espaço. No entanto, a reunião pessoal não ocorreu. Quando chegou à praça de alimentação, o vencedor decretou o valor do espaço e até mesmo os preços que Jhonatan deveria cobrar por seus produtos, alegando que eram baratos demais em comparação à tabela que sua própria equipe praticaria. No decorrer da festa, quando acabaram cédulas de menor valor agregado que serviriam como troco, o responsável pela licitação aumentou os preços de seus produtos.

O empresário Alessandro comenta que já participou de nove festas e também entrou em contato com o responsável pela licitação. Ao ser questionado sobre o produto que comercializaria, foi informado de que não haveria espaço, pois a equipe vencedora já ofertaria o mesmo item. Além disso, foi cobrada uma taxa de R\$ 5.000,00 pelo espaço, valor considerado inviável, pois não é possível prever a receita final para suprir esse custo. Ressalta que muitas vezes quem participa da festa não são grandes estabelecimentos já consolidados, mas empresas menores, que veem no evento uma oportunidade de gerar um lucro significativo e reforçar o caixa.

A empresária Andreia comenta que ela e o esposo não participaram devido ao alto preço e reforça que os comerciantes não têm muitas oportunidades e que essa lei iria garantir mais oportunidades.

O presidente da ACIAP, Euclair, esclarece que todos os anos a Associação enfrenta dificuldades na adesão dos comerciantes à festa, sendo necessário abrir espaço para comerciantes de outras cidades. Ressalta que, neste ano, a maior dificuldade concentrou-se na praça de alimentação.

O vereador Luciano Padilha destaca que o diagnóstico da festa é importante, pois existem diversos modelos possíveis e muitos objetivos a serem alcançados na relação entre poder público e comerciantes. Relata que a Câmara Municipal está apurando o modelo de edital, que, em teoria, deveria estabelecer diretrizes para a festa, mas que, na prática, não foi seguido. Exemplo disso foi a execução de preços diferentes dos previstos.

Explica que a lei busca reduzir brechas de interpretação do edital, preservando garantias para as próximas festas, independente da gestão municipal vigente. Ressalta que, anteriormente, os espaços para os comerciantes eram viabilizados pela Prefeitura, entidades e associações, e que a lei pretende garantir uma porcentagem significativa para o comércio local. Enfatiza que a lei precisa ser amplamente divulgada, estudada e comentada, sendo responsabilidade do município adaptar e executar o melhor modelo.

O empresário Marcos Rech observa a baixa adesão à reunião e critica a pouca participação dos empresários em decisões importantes. Afirma que essa é uma dificuldade cultural do empresariado local, e que esse diálogo deve ser estratégico, deixando claros os direitos e deveres de todas as partes. Defende a necessidade de termos de compromisso para que a padronização ocorra da melhor forma possível.

O presidente Euclair compartilha dessa frustração e lembra que o convite também foi feito pelo rádio, no programa “Minuto ACIAP”. Ressalta que a entidade atua para desenvolver o empresariado local como um todo, e não apenas os associados.

O vereador Márcio reforça que a principal reclamação dos comerciantes foi o preço.

O secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Pierry, relembra que, ao iniciar sua gestão como presidente da ACIAP, encontrou o barracão do Parque Coronel Lustosa em desuso, principalmente pela localização. Solicitou apoio ao poder público para melhorias no espaço, a fim de aproveitá-lo. Como secretário, reconhece que o **Feirão do Comércio** é uma oportunidade mais vantajosa para o varejo, mas lembra que, mesmo quando foram ofertados stands para a festa, muitos comerciantes não quiseram participar.

Sobre o modelo de licitação, considera que não é ruim, mas precisa de ajustes, principalmente porque, neste ano, não houve espaço garantido para os comerciantes do setor alimentício e de bebidas, já que o edital mencionava apenas o comércio em geral. Destaca a importância de criar uma comissão para avaliar, preparar e comunicar os empresários com antecedência de meses.

O vereador Luciano complementa que há diferentes modelos possíveis de festa e que é necessário verificar qual é viável para os comerciantes, padronizando para os



próximos anos. Reforça que a infraestrutura pertence ao município, cabendo a ele decidir sobre terceirização ou outro modelo. Questiona os presentes sobre a necessidade de garantir a participação mínima do comércio local e sobre como deve funcionar a comissão responsável pelas definições.

O empresário Marcos Rech defende a realização de novas reuniões com maior engajamento, pois a lei precisa ser viabilizada para proteger os comerciantes. Sugere levantamento de dados, análise de preços e da proporção da festa, elaboração de um edital sem brechas e compatibilidade de stands, de forma a atender as demandas levantadas e fortalecer o comércio local. Finaliza convocando nova reunião com mais empresários, para que todos estejam cientes do andamento das discussões e do avanço da lei.

O presidente Euclair agradece a presença de todos, informa que haverá comunicação sobre as próximas reuniões e ressalta a importância da **Lei 10/2025** para incentivar e padronizar as futuras festas municipais.

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, eu, Angeline Meghann Scherzoslki, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes.